

*Discussões sobre os limites da ideia de desenvolvimento: Celso Furtado e as possíveis interações entre seu pensamento e a abordagem pós-desenvolvimentista**

Renata Bianconi**
Instituto de Economia – UNICAMP

Resumo

Celso Furtado propôs uma abordagem pioneira sobre o subdesenvolvimento como um fenômeno histórico específico, relacionado à problemática da dependência externa. Furtado entende o subdesenvolvimento como uma forma perversa de crescimento econômico, capaz de permitir a modernização dos padrões de consumo de minorias privilegiadas, mas que aprofunda as desigualdades. A ideia de que um desenvolvimento similar ao experimentado pelos países altamente industrializados pode ser universalizado foi duramente criticada por Furtado. Outros autores, enfatizando os fracassos das políticas de desenvolvimento e seus aspectos culturais destrutivos, propõem uma era de pós-desenvolvimento, recusando a própria ideia de desenvolvimento. Este artigo retoma a interpretação de Furtado sobre os impasses do subdesenvolvimento e busca possíveis aproximações entre a abordagem crítica de Furtado e de autores pós-desenvolvimentistas à ideia de desenvolvimento.

Palavras-chave

desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, Celso Furtado, pensamento econômico

Classificação JEL: B20, B31, O10

1. Introdução

Celso Furtado (1920-2004), como um dos autores pioneiros da economia do desenvolvimento, elaborou uma contribuição original sobre os problemas dos países subdesenvolvidos. De acordo com Celso Furtado, cada experiência de desenvolvimento é singular, na medida em que cada economia faz face a problemas específicos, relativos, por exemplo, a recursos naturais, fluxos migratórios e ordem institucional, além do grau relativo de desenvolvimento das economias a ela contemporâneas (Furtado, 1954: 213). O problema do desenvolvimento econômico apresenta-se, assim, como um aspecto da mudança social, devendo ser compreendido dentro de um contexto histórico (Furtado, 1961). Desse modo, conforme Furtado, a teoria do desenvolvimento deveria atentar para a diversidade de processos históricos de desenvolvimento, em vez de restringir-se a tentativas de assimilação entre os problemas das atuais economias subdesenvolvidas e os problemas enfrentados pelas economias desenvolvidas em seus estágios iniciais de desenvolvimento.

Inserindo a conformação do subdesenvolvimento no processo de evolução da revolução industrial, Furtado entende subdesenvolvimento e desenvolvimento como dois fenômenos contemporâneos (Furtado, 2000 [1967]). Recusando, portanto, abordagens históricas segundo as quais todas as sociedades passariam por uma sequência de etapas em seu caminho para o pleno desenvolvimento ou a constituição de uma sociedade moderna (Rostow, 1960), Furtado adota uma perspectiva histórica baseada na difusão internacional da tecnologia moderna e nas desigualdades entre países centrais e periféricos. De acordo com essa perspectiva – proposta por Raúl Prebisch e

* Versão preliminar.

** Pesquisadora de Pós-Doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP. Bolsista, Convênio FAPESP/CAPES, processo nº 2014/26062-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

desenvolvida no âmbito da CEPAL – a industrialização emergia como o principal caminho na busca por um novo padrão de desenvolvimento nos países periféricos, uma vez que o problema básico do desenvolvimento envolvia o aumento da produtividade da força de trabalho como um todo, o que as atividades de exportação não seriam capazes de promover (porque sujeitas a um crescimento relativamente lento da demanda por parte dos países centrais devido à baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários, bem como a políticas protecionistas) (Prebisch, 1984: 177-8). Considerando-se as relações centro-periferia e a concentração de renda em escala mundial delas resultante, afastava-se a possibilidade de transição automática para estágios superiores de desenvolvimento, decorrendo que “the worldwide diffusion of technical progress and the resulting increases in productivity have not tended to liquidate underdevelopment” (Furtado, 1973a: 297).

No início de seu exílio (ver Furtado, 1997 [1991]; Bianconi, 2016), à luz dos problemas enfrentados pelas economias latino-americanas, Furtado debate no ILPES as teses clássicas da CEPAL: o sistema de divisão internacional do trabalho engendrado pela forma de propagação do progresso técnico dos centros industrializados à periferia, sob predominância da teoria das vantagens comparativas; as diferenças entre o processo de industrialização dos países centrais e o processo de industrialização da periferia, no qual a tecnologia disponível “corresponde às necessidades de economias de elevados níveis de produtividade e poupança, e os padrões de consumo que se universalizam correspondem a altos níveis de renda” (Furtado, 1997 [1991]: 66). Dependência tecnológica e dependência cultural estariam na base da explicação de Furtado sobre as tendências à estagnação das economias latino-americanas nos anos 1960: à medida que se diversificava o sistema produtivo, tecnologias modernas, com elevado coeficiente de capital, deviam ser absorvidas; ao mesmo tempo, pelo lado da demanda, a tecnologia a ser empregada no processo produtivo estava predeterminada pela imitação de padrões de consumo do exterior, em constante mutação e, portanto, permanentemente reforçando a dependência tecnológica em relação aos países centrais. Nesse sentido, a realidade latino-americana – tendências à estagnação e perda de autonomia de decisões (Furtado, 1997 [1991]: 74) com o avanço do processo de industrialização – parecia apontar para o esgotamento do modelo explicativo da CEPAL, que preconizava a industrialização dos países periféricos como forma de se alcançar crescimento econômico autossustentado e autonomia de decisões. Conforme discutimos em outras ocasiões (Bianconi, 2014), Furtado relaciona os problemas da industrialização latino-americana ao período histórico em que esta se realiza, marcado por novas formas de concentração do poder econômico em escala internacional e, especialmente, pela emergência das empresas transnacionais.

Observando os efeitos da presença crescente de grandes empresas internacionais no processo de industrialização das economias latino-americanas, Furtado passa a enfatizar, sobretudo a partir de meados dos anos 1960, o agravamento das deformações estruturais características do subdesenvolvimento. Como consequência de sua “forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho que surgiu com a revolução industrial”, os países subdesenvolvidos caracterizam-se pela assimilação prioritária do progresso tecnológico sob a forma de modificações nos padrões de consumo, em detrimento de transformações dos processos produtivos. Daí decorre que na fase de industrialização das estruturas subdesenvolvidas, “o nível tecnológico correspondente aos padrões de consumo, isto é, ao nível de *modernização*, restringe a difusão do progresso tecnológico, isto é, sua generalização ao conjunto das atividades produtivas” (Furtado, 1972: 11). O avanço do processo de modernização determinará, portanto, o nível de capitalização em que se deverá apoiar a industrialização. Incompatível com o nível de renda de um país subdesenvolvido, a exigência de elevado nível de capitalização implica que a industrialização beneficiará apenas uma minoria da população, com consequências sobre a produtividade industrial (em razão das reduzidas dimensões do mercado).

Furtado sustenta que, para a absorção do subdesenvolvimento, é necessário que se avance na direção da homogeneização tecnológica do sistema produtivo. Desse modo, adquire fundamental importância a orientação do progresso tecnológico (no sentido de maior ou menor dotação de

capital por trabalhador). Furtado alerta para o fato de que a “maleabilidade do capital” é uma “ficção teórica” (Furtado, 1972: 13, n. 6): a orientação do progresso técnico determina o grau de absorção de mão de obra por unidade de investimento, que não pode, portanto, ser arbitrariamente estabelecido. No Brasil, “um perfil de demanda caracterizado por um desnível considerável entre os padrões de consumo da massa e os de uma pequena minoria” (Furtado, 1972: 30) condiciona a estrutura industrial. Em razão da concentração da renda, tenderão a ser privilegiadas nas decisões de investimento industrial a introdução de novos produtos e a diversificação do consumo, em detrimento da difusão de padrões de consumo já conhecidos. A minoria de altas rendas, apta a acompanhar a evolução do consumo de países ricos, pode apresentar, num país de grande população como o Brasil, dimensão suficiente para a obtenção de economias de escala, canalizando os recursos disponíveis para investimento para a produção de certos bens duráveis de consumo. A concentração da renda agrava, portanto, um dos traços característicos do subdesenvolvimento, que é a disparidade entre os níveis de consumo de diferentes grupos da população (Furtado, 1972: 31).

Especialmente em suas reflexões realizadas a partir dos anos 1970, ao observar o fracasso dos processos de crescimento econômico e industrialização em promover o desenvolvimento dos países periféricos (particularmente no caso dos países latino-americanos), Furtado enfatizará que o *desenvolvimento* não deve ser concebido como uma busca pelos níveis de renda e pelos padrões de consumo dos países industrialmente mais avançados. Nesse sentido, Furtado (1974a) avança a ideia de que a universalização de uma forma de desenvolvimento econômico similar ao observado nos países altamente industrializados seria um simples *mito*. Tal promessa de desenvolvimento imitativo, mesmo que irrealizável do ponto de vista ecológico (como mostrado no relatório *The Limits to Growth*, 1972), legitimaria a aceitação de diversas formas de dependência nos países periféricos. Furtado busca, então, novos caminhos de reflexão sobre os impasses do subdesenvolvimento, em que ganham relevo os aspectos culturais do desenvolvimento. Especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, o autor analisa a progressiva subordinação, na civilização industrial, da criatividade humana à racionalidade instrumental, e defende a necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento que, diferenciando-se da transplantação mimética de valores culturais de outras realidades sociais, seja entendido como invenção do próprio destino.

Enquanto Furtado propõe uma reflexão sobre uma nova concepção de desenvolvimento, outros autores, confrontados com os repetidos fracassos das políticas de desenvolvimento e seus aspectos culturais destrutivos, sustentam que o próprio conceito de desenvolvimento deve ser radicalmente questionado. Apesar de os autores partidários do pós-desenvolvimento rejeitarem a própria ideia de desenvolvimento, muitas preocupações comuns referentes aos impasses que afetam os países periféricos podem ser identificadas entre suas reflexões e aquelas destacadas na obra de Celso Furtado. Assim, retomando a interpretação de Celso Furtado sobre os problemas do subdesenvolvimento e atentando para a evolução de seu pensamento, especialmente a partir dos anos 1970, com a introdução de elementos inovadores (como a questão da criatividade e da cultura) na abordagem dos problemas do desenvolvimento, procuraremos apontar alguns elementos comuns às críticas elaboradas por Furtado e pelos autores do pós-desenvolvimento à ideia de desenvolvimento.

Este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e de breves observações finais. A próxima seção retoma a interpretação de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento como um fenômeno histórico específico e os obstáculos ao desenvolvimento num contexto de dependência externa. A terceira seção concentra-se na elaboração de Furtado sobre a ideia de desenvolvimento econômico como mito, e a quarta seção destaca alguns aspectos da crítica pós-desenvolvimentista, em busca de um diálogo com a visão crítica de Celso Furtado sobre o desenvolvimento.

2. Celso Furtado e os impasses do desenvolvimento dependente

Celso Furtado define o subdesenvolvimento como um fenômeno histórico específico relacionado ao processo de crescimento e difusão do capitalismo industrial (Furtado, 2000 [1967], 1973a). Segundo o autor, o subdesenvolvimento, caracterizado menos pelo atraso do que pela ocorrência de um dualismo estrutural, “tem origem quando numa economia agrícola *atrasada* determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social” (Furtado, 1964: 79). Em seus primeiros escritos, Furtado apresentava o problema do desenvolvimento econômico como sendo um problema de elevação da produtividade física do trabalho por meio de novas combinações dos fatores de produção. A escassez do fator capital era apontada como razão para uma utilização deficiente dos fatores de produção nas economias subdesenvolvidas: desperdiçava-se o fator mão de obra, na medida em que os coeficientes técnicos de produção eram relativamente fixos, sendo a tecnologia desenvolvida em “função da disponibilidade de fatores e recursos dos países que lideram o processo de industrialização” (Furtado, 1961: 91).

Furtado (1961) entendia que o processo de crescimento de uma economia subdesenvolvida realizava-se por assimilação da técnica prevalecente na época. No entanto, em sua abordagem, as vantagens do atraso descritas por Gerschenkron para o caso das industrializações tardias na Europa, não desempenhariam o mesmo papel no caso dos países subdesenvolvidos (ver Furtado 1974a e Boianovsky 2013). Furtado (1973d: 15) reconhece “que constituiu vantagem considerável ter acesso a uma tecnologia já experimentada”. Contudo, o autor chama a atenção para o caráter específico de um processo de desenvolvimento no qual a tecnologia apresenta-se como um fator exógeno, produzido para atender às necessidades de países que se defrontavam com escassez de mão de obra. Nos países subdesenvolvidos, a orientação do progresso tecnológico no sentido da economia de mão de obra contribuiria para ampliar o excedente estrutural deste fator de produção, constituindo tal reservatório de mão de obra à disposição dos capitalistas “uma força inibitória de todo o processo da luta de classes” (Furtado, 1964: 80).

Furtado (1958 [1952]: 317-8) chama a atenção para a dificuldade de se iniciar um processo de acumulação em economias com baixos níveis de produtividade, em que a satisfação das necessidades básicas absorve grande parte da capacidade produtiva. A expansão do comércio internacional apresenta-se como uma oportunidade em tais economias para o desencadeamento de um processo de crescimento sem prévia acumulação de capital, ao promover o uso mais racional dos fatores de produção relativamente mais abundantes (terra e mão de obra), ou seja, realocando recursos da agricultura de subsistência para a agricultura de exportação em expansão. Dessa forma, o aproveitamento de vantagens comparativas no comércio internacional permitiu a certas economias a elevação de seus níveis de produtividade, renda nacional e acesso a bens e serviços, sem significativas modificações nos processos produtivos. Ao mesmo tempo, outras economias encontravam-se em processo de industrialização, concentrando as atividades produtivas nas quais o progresso tecnológico penetrava rapidamente, conformando um sistema de divisão internacional do trabalho marcado por difusão altamente desigual do progresso tecnológico (que nos países periféricos penetrava principalmente por expansão da infraestrutura física e/ou da vida urbana) (Furtado, 1973b: 121). A constituição de um núcleo industrial na Europa foi, conforme explica Furtado, o ponto de partida de um movimento de expansão, de um processo de unificação em escala mundial da civilização (em seus aspectos materiais) (Furtado, 1987: 217). Nos países que puderam se beneficiar da exportação de produtos primários para novos mercados, o incremento da renda permitiu o acesso aos novos padrões de consumo criados a partir da revolução industrial. No entanto, Furtado (1998: 59) ressalta que, desde a revolução industrial, houve difusão dos padrões de consumo originados nos países industriais que a lideravam, mas não houve universalização da nova tecnologia industrial (permanecendo lenta a penetração de novas técnicas no sistema produtivo).

Para o autor, a rápida absorção por países subdesenvolvidos, sob forma de novos padrões de consumo, do fluxo de inovações criado nos países centrais, respondia a um processo de mimetismo cultural que resultava em distribuição de renda altamente desigual (Furtado, 1998: 60).

O estudo das características específicas do processo de industrialização periférico é um elemento fundamental da teoria do subdesenvolvimento (Furtado, 2007). Distinta da experiência de industrialização clássica, nos países periféricos a industrialização não concorreu com produtores artesanais de baixa produtividade, mas com os eficientes produtores estrangeiros que atendiam o mercado doméstico em expansão. Furtado explica que o padrão de demanda final dependia da distribuição de renda que, por sua vez, era condicionada pela estrutura de propriedade da terra e de oferta de mão de obra; sendo altamente concentrada a renda, tendia a predominar o consumo de bens de luxo, que eram importados (Furtado, 2007: 175). Furtado (*id.*: 201) afirma que a integração no sistema de divisão internacional do trabalho através da exportação de produtos primários foi o “modelo clássico de desenvolvimento da América Latina”, que engendrou crescimento da renda e diversificação da demanda doméstica e das importações, sem, no entanto, requerer mudanças estruturais significativas. No momento em que tem lugar a industrialização por substituição de importações, sob impacto da crise de 1929 e da redução da capacidade para importar bens de consumo, rápidas modificações estruturais são requeridas. O desenvolvimento latino-americano se tornaria cada vez mais dependente do processo de industrialização no pós-guerra, conforme observa Furtado (2007), em face à persistente tendência de queda dos preços dos produtos primários.

No entanto, à luz dos obstáculos ao crescimento econômico vivenciados pela América Latina nos anos 1960, Furtado chamaria a atenção para os limites da industrialização como política de desenvolvimento. A evolução, durante a industrialização por substituição de importações, de formas tradicionais de dependência – ligadas às relações assimétricas entre países exportadores de produtos primários e de bens manufaturados – para novas formas de dependência – relacionadas à assimilação da tecnologia moderna nos países periféricos – será destacada por Furtado. Furtado (2007) coloca em dúvida a própria possibilidade de ocorrência das altas taxas de crescimento dos setores manufatureiros experienciadas por países latino-americanos no pós-guerra, caso não tivessem contado com a colaboração de grupos internacionais (com experiência industrial e acesso a fontes de financiamento).

O progresso técnico, observa Furtado (1973a), significa a introdução de novos processos produtivos que tornam mais eficiente o uso de recursos escassos e/ou a introdução de novos produtos. O desenvolvimento econômico, por sua vez, implica a difusão do uso de produtos já conhecidos, bem como a introdução de novos produtos na cesta de bens de consumo e serviços, sendo ambos os processos dependentes da acumulação de capital. Furtado salienta, entretanto, que a difusão de produtos já conhecidos, por meio do aumento de sua produção, demanda relativamente menos investimentos do que a introdução de novos produtos ou modelos, processos que envolvem custos de pesquisa e desenvolvimento. Dessa forma, o grau de diversificação do consumo que pode ser alcançado por um país depende da acumulação de capital e do nível de renda nacional. Furtado (1973a) mostra que, graças à exploração de recursos naturais não renováveis ou de especialização geográfica (maximização de vantagens comparativas no comércio internacional), certos países conheceram elevações de renda e foram capazes de adotar novos padrões de consumo sem, no entanto, disporem do correspondente nível de acumulação de capital. Chamando a esse processo de *modernização*, Furtado (1973a) afirma que ele precedeu o processo de industrialização nas economias latino-americanas, de modo que, nelas, o processo de assimilação do progresso técnico ocorreu inicialmente nas formas de consumo, antes de penetrar nas formas de produção (durante a industrialização).

As economias periféricas, marcadas pelo dualismo tradicional entre os setores de subsistência e mercantil, conhecerão um novo tipo de dualismo durante o processo de industrialização, agora entre setores altamente capitalizados e aqueles empregando técnicas tradicionais ou com baixo nível de investimento em capital. Furtado entende que a inovação

tecnológica é a essência do desenvolvimento econômico: ela tende a promover o incremento do produto e “cria um excedente que a coletividade pode utilizar, seja para aumentar sua capacidade produtiva, seja para a melhoria imediata do bem-estar social” (Furtado, 1964: 28). Ademais, as condições históricas influenciam a cadeia de reações provocada pela inovação tecnológica que ocorre em toda a estrutura social. No caso das economias subdesenvolvidas, “que absorvem uma nova tecnologia quase totalmente por empréstimo”, Furtado (1964: 30) chama a atenção para o “problema de excedente de mão de obra sem viabilidade de absorção” criado pela nova tecnologia: “O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo.” (Furtado, 1964: 30).

Inserindo as economias latino-americanas nas transformações em curso na economia internacional, especialmente no período pós-II Guerra Mundial, Furtado analisa as dificuldades enfrentadas por economias tecnologicamente atrasadas que buscam intensificar seu processo de industrialização. Furtado (2007) chama a atenção para as implicações, no que tange ao desenvolvimento periférico, do desmantelamento do sistema tradicional de divisão internacional do trabalho e da emergência de novas formas de difusão do progresso tecnológico através da implantação de atividades industriais de propriedade estrangeira nos países periféricos. Daí decorreria o agravamento de distorções estruturais como a concentração dos benefícios dos aumentos de produtividade nas mãos de proprietários e empresários em países marcados por excedente estrutural de mão de obra (nos quais as grandes massas permanecem excluídas do progresso). Furtado (1973a) explica que o capitalismo industrial não opera em países com excedente estrutural de mão de obra conforme as mesmas regras que prevalecem nas economias desenvolvidas (onde a expansão da produção é acompanhada de incremento de pagamentos à força de trabalho e, portanto, de expansão da demanda). Nos países em que a modernização dos padrões de consumo precedeu o processo de industrialização, estabeleceu-se uma descontinuidade na estrutura da demanda (entre uma minoria com acesso a uma cesta de bens de consumo altamente diversificada e a massa da população). Essa descontinuidade na demanda seria transferida, observa Furtado (1973b: 120), para o sistema produtivo durante o processo de industrialização por substituição de importações.

Ao analisar o processo de formação econômica da América Latina, Furtado enfatiza a importância de variáveis exógenas na evolução econômica da região, tanto no que concerne ao comportamento dos termos de troca no pós-guerra (que contribuíram ao rápido crescimento da região até fins dos anos 1950 e a seu enfraquecimento até fins dos anos 1960) quanto aos fluxos de capital estrangeiro, especialmente nos anos 1970, e sua contribuição à consolidação do processo de substituição de importações (com crescente controle estrangeiro sobre a produção). O declínio da taxa de crescimento em países como Argentina, Brasil e Chile no início dos anos 1960 teria intensificado, segundo Furtado, “o debate sobre o significado real do desenvolvimento econômico que [estava] ocorrendo na região. Tendeu a generalizar-se a consciência do alto custo social desse desenvolvimento, da inviabilidade de difusão de seus frutos entre amplas camadas da população e da crescente dependência externa no que respeita à operação do sistema produtivo e à orientação desse desenvolvimento.” (Furtado, 2007: 457). Ademais, a própria experiência brasileira de rápido crescimento teria exposto “a ambiguidade do conceito de desenvolvimento, entendido como reprodução de padrões culturais transplantados de sociedades muito mais ricas.” (*id.*) Nesse sentido, preocupado com a eliminação do subdesenvolvimento, Furtado dirige sua argumentação à necessidade de um amplo projeto social, diverso, portanto, de um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico a todo custo. Tendo enfatizado os problemas decorrentes da assimilação de tecnologias elaboradas de acordo com outras realidades históricas (nas quais, por exemplo, a mão de obra não é um fator de produção abundante), Furtado sustenta, não obstante, a

necessidade de se manter abertos os canais de transmissão de tecnologia e de cooperação com as firmas estrangeiras que controlam o progresso tecnológico, cuja assimilação deve ser subordinada a “objetivos sociais claramente definidos” (Furtado, 2007: 460); o autor sustenta igualmente a necessidade de os países subdesenvolvidos, considerando suas particularidades naturais e econômicas, adquirirem, por meio de esforços em pesquisa tecnológica e ciência básica, algum grau de autonomia tecnológica.

A experiência histórica latino-americana, analisada por Furtado (2007, 1973d) ilustra os limites da modernização das estruturas econômicas no âmbito da dependência externa. Especialmente em trabalhos de fins dos anos 1960 e dos anos 1970, Furtado enfatizaria a exaustão da estratégia de desenvolvimento baseada na substituição de importações, bem como os limites da exportação de produtos primários para atender às necessidades do desenvolvimento, e o controle crescente de firmas estrangeiras sobre a orientação do processo de desenvolvimento. Nesse momento, as expectativas desenvolvimentistas dos anos 1950 mostravam-se frustradas. A esse respeito, ao analisar no início dos anos 1970 o “modelo” brasileiro de desenvolvimento, Furtado (1972) afirmaria que a tese predominante após a Segunda Guerra Mundial, segundo a qual a industrialização seria capaz de promover a eliminação do subdesenvolvimento e a homogeneização tecnológica estava desacreditada. O controle sobre a tecnologia – sobre o tipo de produto a ser produzido e sobre o processo produtivo a ser empregado – apresentava-se como um problema maior, na medida em que se encontrava fora dos países subdesenvolvidos em processo de industrialização (Furtado, 1972). A ação das empresas multinacionais promovia intensificação da capitalização, acarretando aumento da concentração de renda, na medida em que não contribuía à absorção do excedente de mão de obra (necessária para que a elevação da produtividade ocorresse na economia como um todo). Portanto, apesar da evolução do processo de industrialização, as principais características do subdesenvolvimento persistiam.

O desenvolvimentismo, explica Furtado, foi o arcabouço ideológico que deu suporte à criação de sistemas industriais após a desorganização do sistema tradicional de divisão internacional do trabalho, entre a crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial. A presença de firmas multinacionais no processo de industrialização e a crescente consciência sobre o problema da distribuição de renda estariam na origem de discussões sobre a suficiência da industrialização como estratégia de superação do subdesenvolvimento. Nesse contexto, Furtado (1973c) chama a atenção para a possibilidade de evolução do processo de industrialização em países periféricos nos mesmos moldes das antigas “economias de plantação”: o país periférico forneceria mão de obra barata e recursos naturais, ao país central cabendo o fornecimento de capital e técnica (cujo controle permaneceria, portanto, exterior ao país periférico). Nas palavras de Furtado (1973c: 10): “Se os sistemas econômicos periféricos continuarem a ser controlados de fora, as leis da economia de plantação continuarão a prevalecer, o que significa que a mão de obra periférica continuará a ser indefinidamente barata. Nesse caso, a renda mundial continuará a concentrar-se em benefício dos países ricos e dentro dos países periféricos somente se beneficiarão com a industrialização pequenas minorias associadas ao sistema de dominação.”

3. O desenvolvimento econômico como mito

Pioneiro das “ordens do desenvolvimento”, Furtado reconheceria que a ideia de desenvolvimento econômico, em seus primórdios, foi marcada pela crença na possibilidade de difusão de seus frutos, no sentido de que os pobres poderiam vir a ter acesso às condições de vida dos grupos privilegiados. Nos anos 1970, no entanto, considerando-se a concentração dos frutos dos ganhos de produtividade nas mãos de poucos, as promessas iniciais do desenvolvimento econômico pareciam desacreditadas: desde a constituição do grupo de países altamente desenvolvidos, a distância entre eles e os países periféricos ou subdesenvolvidos aumentava persistentemente. Ao se engajarem em processos de industrialização no século XX, os países periféricos tiveram que lidar com o nível tecnológico corrente, correspondente à evolução do nível de capitalização no centro do sistema capitalista. O principal problema, como Furtado explica (*Opinião*, 1974), estava no fato de tal nível de capitalização ser uma consequência da evolução histórica própria aos países altamente industrializados. Dessa forma, um processo histórico externo aos países periféricos encontrava-se incorporado na tecnologia que estes buscavam assimilar em seu processo de industrialização.

O problema do distanciamento crescente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos na economia internacional, ou seja, a questão das desigualdades nas relações econômicas internacionais, apresentava-se como um aspecto fundamental nas reflexões de Furtado sobre os problemas do desenvolvimento. No início dos anos 1970, Furtado tomara parte nos debates internacionais que emergiam sobre os limites ecológicos ao crescimento. Discutindo, logo após sua publicação, o relatório *The limits to growth* (Meadows *et al.*, 1972), Furtado incorpora novos elementos a sua explicação do fenômeno específico e historicamente condicionado do subdesenvolvimento. O referido relatório apresentava pela primeira vez projeções sobre a demanda de recursos não-renováveis em um sistema global fechado, considerando o sistema econômico em escala planetária. Colocava-se, assim, em destaque uma questão pouco considerada pelos economistas, relativa ao caráter predatório do processo civilizacional engendrado pela Revolução Industrial. Nas palavras de Furtado: “A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de *valor* econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico.” (Furtado, 1974a: 19). Apoiando-se no trabalho de Nicholas Georgescu-Roegen (1971), Furtado questiona a capacidade do progresso técnico para resolver os problemas criados pelos processos econômicos no mundo físico.

Furtado afirma a importância de *The limits to growth* ao ter colocado em discussão questões largamente ignoradas pelos economistas do desenvolvimento. Segundo ele, a evidência empírica da existência de limites ecológicos à universalização do desenvolvimento econômico como praticado nos países altamente industrializados comprovava que o modo de vida difundido pela civilização ocidental não estaria disponível às grandes massas do Terceiro Mundo; tratava-se, portanto, de uma “civilização elitista”¹. Importantes implicações derivavam da percepção de que a generalização desse estilo de vida levaria ao colapso do sistema como um todo: “Efetivamente, é evidente agora que aquilo que chamamos de desenvolvimento econômico, isto é, a política que visa a abreviar a distância entre o padrão de vida entre países ricos e pobres é nada mais que um mito.” (Furtado, 1974b: 16; 1975: 84). Furtado afirma que grande parte da literatura sobre desenvolvimento econômico produzida no pós-guerra baseava-se nessa ideia. Ademais, o autor argumenta (Furtado, 1974b: 1) que acumulação de capital, progresso técnico, poupança e investimento têm sido tratados pelos economistas como conceitos abstratos, fora de um contexto social. Furtado (1974a: 16) afirma que, delimitando seu campo de visão da realidade por tal “mito”, “os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de

1 Cf. intervenção de Celso Furtado em colóquio (Paraíba, 1991) sobre sua obra, publicada em: Francisco de S. GAUDÊNCIO, Marcos FORMIGA (coord.), *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 77.

capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelúquia existente fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do *stock* de capital. (...) Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados”.

O mérito do relatório preparado para o Clube de Roma advinha, segundo Furtado, da análise do comportamento da economia mundial como um todo, mostrando as implicações da pressão sobre os recursos naturais não-renováveis e a crescente poluição ambiental. Furtado, entretanto, não compartilhava das premissas do estudo em questão e, conseqüentemente, de suas conclusões. A “profecia de colapso” contida no estudo feito para o Clube de Roma seria falaciosa, na medida em que o modelo elaborado projetava tendências de longo prazo para o processo de industrialização em escala planetária baseando-se no comportamento histórico das economias que lideraram tal processo. Furtado chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento das economias industrializadas realizara-se tendo por ideia implícita que a fronteira externa do sistema era ilimitada, na medida em que controlavam fontes de recursos não reprodutíveis localizadas no exterior. Ao considerar que o desenvolvimento de todos os países seguiria necessariamente o modelo americano de desenvolvimento, esse estudo compartilhava de uma concepção faseológica do desenvolvimento, segundo a qual o subdesenvolvimento seria entendido como uma fase a ser ultrapassada no processo de desenvolvimento de todas as sociedades. No entanto, pondera Furtado, as atuais economias industrializadas puderam dispor de grande parte dos recursos naturais das economias subdesenvolvidas. Dessa forma, o modelo teria partido de uma “observação inadequada da realidade, portanto inservível para projetar qualquer tendência desta última” (Furtado, 1974a: 22). Ademais, aceitar o postulado de que o desenvolvimento econômico do resto do mundo seguiria os padrões de consumo dos Estados Unidos seria ignorar “[o] que tem sido específico para os países subdesenvolvidos desde o começo da revolução industrial (...) [e] conceber o processo de desenvolvimento como uma seqüência de fases à la Rostow.” Portanto, continua o autor, ao se entender a economia capitalista mundial como uma estrutura homogênea, distorce-se “a única coisa que sabemos com segurança a respeito da industrialização na periferia do sistema capitalista, isto é, que as massas populacionais não têm acesso aos frutos do aumento da produtividade da mão de obra.” (Furtado, 1974b: 7 e 11-12; 1975: 74 e 79).

Furtado, por sua vez, entende o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo – e não uma etapa necessária no processo de formação das economias capitalistas (Furtado, 1961, 2000 [1967]). Enfatizando as diferenças qualitativas entre capitalismo central e periférico, Furtado (1974b: 11; 1975: 78-79) afirma: “Tenho dado ênfase ao fato de que o dinamismo do capitalismo central se origina do fluxo de produtos novos introduzidos e da expansão permanente do consumo em massa. De maneira muito diferente, o capitalismo periférico se baseia na imitação cultural e depende da concentração de renda para poder crescer.”

O quadro evolutivo do sistema capitalista percebido por Furtado apontava para o aumento do fosso que separava países cênicos e periféricos (e dentro destes, as massas e uma minoria privilegiada). Se as minorias privilegiadas dos países periféricos procuravam seguir os padrões de consumo dos países cênicos, o que condicionava a orientação da industrialização periférica, a observação das tendências evolutivas do sistema não permitia afirmar que o modelo americano de consumo seria seguido pela totalidade dos países em seu processo de desenvolvimento.

Diversa da forma de industrialização dos centros dominantes da economia mundial, a industrialização periférica (substitutiva de importações ou baseada na exploração de mão de obra barata visando à exportação) não se baseava na formação de mercados de massa (via difusão dos benefícios do progresso técnico ou dos aumentos de produtividade do trabalho). Segundo Furtado, conclusões catastróficas baseadas no postulado da homogeneidade da estrutura da economia capitalista mundial não seriam realistas, na medida em que apenas uma minoria da população mundial tinha meios de efetivamente aceder ao estilo de vida americano. Não obstante, as projeções

a respeito do esgotamento dos recursos não-renováveis indicavam que a exclusão da grande maioria da população mundial seria uma característica inerente ao sistema (Furtado, 1974a, 1974b): “Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*.” (Furtado, 1974a: 75).

Furtado (1974a, 1975) salienta que a desigualdade é uma característica da civilização industrial, que está na base do sistema de motivações e perpassa toda a escala de valores que orienta a economia capitalista. Como ele observa, a rápida diversificação do consumo é uma tendência do capitalismo industrial, sendo o consumo de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes, pelos grupos de altas rendas, permanentemente incitado nesse sistema. Ao se propagarem ao conjunto da economia, os padrões de consumo baseados em rápida obsolescência originam o “considerável desperdício que caracteriza o capitalismo industrial” (Furtado, 1974a: 66). Nos países periféricos, os modelos de consumo ditados por minorias privilegiadas condicionadas pelo exterior orientariam a alocação dos recursos. Dessa forma, baseado em incitação permanente ao consumo e em rápida obsolescência, tal sistema não seria apto a promover a elevação do nível de vida das grandes massas. Furtado (1974a) acentuava, ao contrário, o interesse de uma reorientação do progresso técnico no sentido da simplificação do consumo e da longevidade dos produtos. Tratar-se-ia, portanto, de uma verdadeira reorientação do desenvolvimento no sentido da redução das desigualdades sociais e, portanto, da redução dos níveis de consumo das minorias privilegiadas. Em suas palavras (Furtado, 1974b: 19, 1975: 87): “De fato é difícil imaginar mudanças sociais relevantes nos países subdesenvolvidos sem modificação da visão global do desenvolvimento econômico.” Ademais, maior controle sobre os centros internos de decisão seria fundamental para uma reorientação do desenvolvimento, na medida em que sistemas industriais controlados por empresas multinacionais baseiam-se em tecnologia inadequada a um estilo de desenvolvimento visando à satisfação de necessidades generalizáveis ao conjunto da população.

A partir de sua análise das tendências estruturais do sistema capitalista, especialmente nos anos 1970², Celso Furtado coloca em questão o próprio significado atribuído ao desenvolvimento econômico: “Tem sentido falar de desenvolvimento no quadro de uma mera reprodução e difusão dos padrões de consumo importados dos países ricos do Ocidente? (...) Que temos em mente quando falamos de desenvolvimento? Não podemos desconhecer que a substância mesma, os valores implícitos do desenvolvimento não podem ser definidos de fora para dentro, impostos a uma sociedade. Caso contrário, cairíamos na subordinação cultural que é a matriz de todas as formas de dependência.” (Furtado, 1997 [1991]: 288 e 291). A *dependência cultural* apresenta-se, então, como um importante aspecto da explicação de Furtado sobre os processos de constituição e perpetuação do subdesenvolvimento. Nos países subdesenvolvidos, o excedente social – entendido como os recursos que não são necessários à sobrevivência imediata de uma sociedade e que a ela abrem um horizonte de opções – é apropriado por grupos dominantes portadores de uma visão do desenvolvimento como processo mimético de padrões culturais importados (Furtado, 1974a). O

2 Ver, por exemplo, a análise apresentada em Furtado 2008 [1975].

autor explica que a dependência, inicialmente *cultural* e manifestando-se na adoção de padrões de consumo importados (viabilizada por excedente adicional gerado pelo comércio internacional), torna-se também *tecnológica* durante o processo de industrialização, quando o país busca produzir localmente os produtos consumidos por setores modernizados da população (Furtado, 1987: 211).

Quando Furtado chama a atenção para o problema da dependência cultural, enfatiza que não se trata de comparar ou hierarquizar sistemas de valores, mas de destacar a impossibilidade de generalização do acesso aos padrões de consumo dos países altamente industrializados, em razão tanto do nível de acumulação de capital requerido quanto da pressão sobre os recursos não-renováveis (Furtado, 1997 [1991]: 291). Ademais, a difusão de técnicas criadas em outros contextos históricos implica a difusão concomitante de estilos de vida e, portanto, a dissociação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora.

Desse ponto de vista, portanto, o desenvolvimento econômico não se restringe ao processo de acumulação nas forças produtivas, mas torna-se parte do processo histórico de difusão da civilização industrial, compreendido como a adoção em escala mundial de certos “*padrões de modernidade*, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideraram” (Furtado, 1980: 46). Entretanto, adverte Furtado, o estudo do desenvolvimento tendeu a se concentrar no processo de acumulação, em detrimento do papel nele desempenhado pela criatividade, bem como das relações entre a acumulação e os valores que governam a sociedade (Furtado, 1980: 47). O autor preconiza, então, uma visão global e interdisciplinar do processo de desenvolvimento (Furtado, 1980). Para ele, o desenvolvimento expressa a *realização das potencialidades humanas*. Uma sociedade desenvolvida, portanto, seria aquela que permite a satisfação das necessidades e a renovação das aspirações humanas. Ao enfatizar as relações entre cultura e desenvolvimento e propor uma abordagem global do desenvolvimento, Furtado teria dado uma real contribuição à construção de alternativas às políticas neoliberais de desenvolvimento, conforme a análise feita por O. Rodríguez (2006, cap. 9).

Furtado afirma que o tema central do estudo do desenvolvimento é “a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada”. O autor (2000 [1980]: 7) sugere que a invenção cultural tendeu a ordenar-se em torno da “busca da eficácia na ação” (ligada à racionalidade instrumental e à técnica) e da “busca de propósito para a própria vida” (ligada à racionalidade substantiva e aos valores). Observando um poder de difusão maior no progresso técnico (ou na criatividade relacionada aos meios) do que na criação de valores substantivos, Furtado afirma: “Na civilização industrial o gênio inventivo do homem foi canalizado de preferência para a criação técnica, o que explica sua extraordinária capacidade expansiva”. Em tal quadro histórico Furtado identifica a razão pela qual “a teoria do desenvolvimento em nossa época se haja circunscrito à lógica dos meios, tendendo a confundir-se com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial.” (Furtado, 2000 [1980]: 8).

Essas reflexões foram apresentadas inicialmente por Furtado em seu livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978)³, no qual ele propõe que a essência do desenvolvimento reside na capacidade criativa de uma sociedade.⁴ Furtado mostra, então, que a criatividade humana foi sendo progressivamente posta a serviço da técnica na cultura que emergiu da revolução burguesa: todas as formas de atividade criativa tenderam a ser subordinadas à racionalidade instrumental, deixando a pesquisa científica de responder ao desejo de melhor conhecimento do mundo e do próprio homem para dirigir-se cada vez mais à invenção técnica, visando à elevação da eficiência do trabalho e/ou à diversificação dos padrões de consumo.⁵

3 Utilizamos aqui a “edição definitiva” desse livro, publicada em 2008.

4 Concebida em seu sentido amplo, a criatividade é, segundo Furtado (2008 [1978]: 116), “invenção da cultura”.

5 Em outro momento, Furtado (2008 [1978]: 152) precisa: “O que vimos chamando de civilização industrial não é senão a resultante de certa orientação da criatividade humana, orientação que favorece a acumulação e conduz à reprodução de certas estruturas sociais. O produto da criatividade assim orientada é a técnica moderna, ingrediente nobre do processo de acumulação. Aqueles que a controlam ocupam posições dominantes na luta pelo excedente.”

Analisando as relações entre acumulação e criatividade, Furtado (2008 [1978]: 116) afirma que, à medida que a criatividade foi sendo subordinada ao processo de acumulação, os *meios* tenderam a ser vistos como *fins*, e produziu-se “a ilusão de que todo avanço da ‘racionalidade’, na esfera econômica, contribui para a liberação ou ‘desalienação’ do homem”. Furtado sugere, então, que *progresso* não significa necessariamente redução da irracionalidade na vida social. No entanto, o autor lembra que a ideia de progresso, ligando-se à de acumulação, e englobando a possibilidade de ascensão a seus frutos para todos os grupos sociais, constituiu a ideologia viabilizadora de um pacto social entre grupos e classes com interesses antagônicos. Posteriormente, derivada da ideia de progresso, a ideia de desenvolvimento surge inserida num contexto de dependência externa: “A ideia de desenvolvimento como performance internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos externos e internos interessados em acelerar a acumulação” (Furtado, 2008 [1978]: 108). Economicista, a ideia de desenvolvimento estaria ligada ao transplante da civilização industrial (de “um estilo material de vida”) para a sociedade em questão, ignorando as aspirações dos diferentes grupos que a compõem.⁶

Furtado mostra, ao analisar o processo de emergência e difusão da civilização industrial, que a ideia de desenvolvimento comporta ambiguidades, sendo “um processo cultural e histórico cuja dinâmica se apoia na inovação técnica (fundada na experiência empírica ou em conhecimentos científicos), posta a serviço de um sistema de dominação social” (Furtado, 2008 [1978]: 83). Ao se compreender o desenvolvimento como a elevação no nível de vida (entendida como aumento e diversificação do consumo), deve-se ter em vista, segundo o autor, que “essa evolução do consumo é um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais e exclui outras formas de elevação do nível de vida, concebíveis em função de outros projetos de transformação social”. A percepção desse problema nos países avançados, continua Furtado, estaria na origem de movimentos políticos em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural e de rejeição ao consumismo, que “pretendem explicitar um conjunto de *fins*, a partir de uma visão global da sociedade” (Furtado, 2008 [1978]: 85). Ademais, salienta Furtado, as ambiguidades da ideia de desenvolvimento são ainda maiores “quando a consideramos no quadro da difusão da civilização industrial”, na medida em que, “[em] muitas regiões a *modernização* também significou *ocidentalização*, ou seja, o deperecimento de sistemas de cultura cujos valores nem sempre encontravam adequados substitutos.”

Seguindo a “ideia mobilizadora de *desenvolvimento*”, transfigurada em “uma competição para parecer-se com as nações que lideraram o processo acumulativo”, os países periféricos empenhar-se-iam em incorporar a civilização industrial por meio de aceleração do processo de acumulação (Furtado, 2008 [1978]: 106). No entanto, o processo de industrialização em condições de dependência tecnológica, que exige o transplante de técnicas criadas em outros contextos históricos – e a adaptação das estruturas locais a essas técnicas –, engendraria crescente heterogeneidade social em países com grau inferior de acumulação nas forças produtivas. Nesses países, portanto, o aumento da produtividade do trabalho engendrado pela acumulação, diferentemente do ocorrido nos países centrais, não resultaria em valorização da força de trabalho, ou seja, em difusão social dos frutos do aumento de produtividade. Como salienta Furtado (2008 [1978]: 109), nos países que engendraram a civilização industrial, “os conflitos e a atividade política a estes ligada constituem o elemento propulsor das transformações estruturais que são a substância do que veio a chamar-se ‘desenvolvimento’ (...). A civilização material engendrada pela

6 Em seu artigo “Development”, Furtado (1977: 628), propõe: “The sources of the notion of development may be detected in three currents of European thought in the eighteenth century. The first of these arises from the philosophy of the Enlightenment, with history being viewed as a gradual advance towards the supremacy of reason. The second is linked to the idea of the accumulation of *wealth*, in which it is taken for granted that the future holds out promise of increased well-being. The third is related to the idea that the geographical spread of European civilization means access to superior modes of life for the other peoples of the world, considered as being more or less ‘backward’.”

industrialização não é outra coisa senão um conjunto de manifestações externas de um processo de criatividade cultural que abrange outras esferas da vida social.”

O processo histórico de industrialização dependente engendraria, por outro lado, crescente heterogeneidade e instabilidade social, que serviria de justificativa a processos autoritários. O autoritarismo, por sua vez, frustraria o “verdadeiro desenvolvimento”, entendido como “expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (Furtado, 2008 [1978]: 110).

Como Furtado postula em seu livro de 1978, a modernização dos padrões de consumo (viabilizada inicialmente por excedentes adicionais obtidos no comércio internacional e, posteriormente, por meio da industrialização) constituiu uma via indireta de acesso à civilização industrial nas sociedades dependentes que procuravam reproduzir os valores materiais dos países desenvolvidos. Furtado chama a atenção, portanto, para as diferenças entre a evolução da civilização industrial nos países que lideraram o processo de industrialização e sua difusão no quadro da dependência, concluindo que o conceito de desenvolvimento, quando empregado indistintamente para diferentes contextos históricos, “envolve ambiguidades que somente um espesso véu ideológico consegue ocultar” (Furtado, 2008 [1978]: 98).

4. Alguns aspectos da crítica pós-desenvolvimentista, em busca de um diálogo com a visão crítica de Celso Furtado sobre o desenvolvimento

No prefácio à segunda edição do livro por ele editado em 1992, “The Development Dictionary”, Wolfgang Sachs chama a atenção para o fato de que a ideia de desenvolvimento foi, certamente, uma invenção do Ocidente, mas não foi apenas uma imposição sobre o “resto”: “On the contrary, as the desire for recognition and equity is framed in terms of the civilizational model of the powerful nations, the South has emerged as the staunchest defender of development” (Sachs, 2010: viii). De modo geral, alcançar a modernidade industrial foi uma aspiração mundial. No entanto, acrescenta o autor: “The shiny side of development is often accompanied by a dark side of displacement and dispossession; this is the reason why economic growth has time and again produced impoverishment next to enrichment” (*id.*, p. x). Sachs afirma que, na medida em que o desenvolvimento pode adquirir diversos significados, trata-se de um conceito vazio, que pode ser tanto identificado ao crescimento econômico, reforçando a hegemonia de uma visão econômica do mundo, quanto a mais direitos e recursos aos pobres e desprovidos de poder (a ênfase não seria, então, sobre o crescimento, mas sobre o incremento da autonomia das populações). E ele conclui que (*ibid.*): “Putting both perspectives into one conceptual shell is a sure recipe for confusion, if not a political cover-up.”

De modo similar à análise feita por Celso Furtado sobre a evolução do capitalismo industrial em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), W. Sachs observa que a emergência da civilização industrial foi largamente dependente de “mobilization of resources from both the expanse of geographical space and the depth of geological time”. Nesse sentido, num contexto de esgotamento de recursos naturais e de mudanças climáticas, a totalidade dos países não seria capaz de seguir o mesmo caminho para o desenvolvimento seguido por seus predecessores. Nesse sentido, nas palavras de W. Sachs (2010: xi): “Since the Euro-Atlantic model of wealth emerged under exceptional conditions, it cannot be generalized to the world at large. In other words, the model requires social exclusion by its very structure; it is unfit to underpin equity on a global scale.”

Uma interessante crítica feita por autores partidários do pós-desenvolvimento refere-se à predominância de uma visão econômica do mundo e às dificuldades de se separar a ideia de desenvolvimento da ideia de que todos os países poderiam atingir algum estágio de “maturidade” (que W. Sachs afirma ser dificilmente dissociável da ideia de “ocidentalização do mundo”). Se o crescimento econômico era visto como o meio de se alcançar maior equidade e de se elevar os

níveis de vida nos países pobres (o que significaria que tais países sofreriam de falta de renda, tecnologia e acesso a mercados), com a emergência de limites ecológicos ao crescimento econômico, tal abordagem teria de ser, necessariamente, colocada em questão. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento que marcou a história do pós-guerra como sendo a aspiração primordial dos países do Sul parecia, aos autores do pós-desenvolvimento, ter atingido seus limites após quatro décadas de fracasso das políticas de desenvolvimento. O fim da Guerra Fria teria contribuído para a percepção da exaustão da ideia de desenvolvimento, na medida em que não mais existiam as condições históricas que haviam dado preeminência a tal ideia.⁷ Ademais, como W. Sachs observa, a promessa de desenvolvimento de Truman⁸ teria falhado, tornando-se uma ilusão a ideia de “catching up” pelos países em desenvolvimento: “Of course, most Southern countries stepped on the gas, but the North outpaced them by far. The reason is simple: in this kind of race, the rich countries will always move faster than the rest, for they are geared towards a continuous degradation of what they have to put forth: the most advanced technology. They are world champions in competitive obsolescence.” (Sachs, 2010: xvii).

Questões culturais relacionadas à difusão mundial de uma visão estritamente econômica do desenvolvimento também são enfatizadas pelos autores pós-desenvolvimentistas. Como Sachs (2010, xviii) sintetiza: “The mental space in which people dream and act is largely occupied today by Western imagery. (...) Moreover, the spreading [cultural] monoculture has eroded viable alternatives to the industrial, growth-oriented society and dangerously crippled humankind’s capacity to meet an increasingly different future with creative responses.”

Apesar da existência de controvérsias sobre a efetividade dos projetos de desenvolvimento e sobre as alternativas viáveis a eles, parece haver, conforme A. Ziai (2007: 8-9), certo consenso em torno de duas hipóteses centrais do pós-desenvolvimento. Primeiramente, sobre o conceito tradicional de desenvolvimento ser eurocêntrico, no sentido de ter evoluído a partir do discurso colonial, que conceitualiza o Sul desde uma perspectiva do Norte, em termos de uma norma ideal a ser alcançada (Europa Ocidental e América do Norte) versus desvios dessa norma; a ênfase recairia sobre a afluência material em nível nacional. Em segundo lugar, o conceito de desenvolvimento teria implicações tecnocráticas e autoritárias, no sentido de que “whoever gets to define what ‘development’ is and how it can be achieved – usually some kind of ‘development expert’ – is in a position of power (because ‘development’ is usually seen as a synonymous with ‘positive social change’)”; ademais, a proposição de padrões universais significaria subordinar as inúmeras percepções e os valores diferentes dos outros povos.

Gilbert Rist, considerado outro partidário do pós-desenvolvimento, sugere que essa “escola” não é intelectualmente motivada por autores ou teorias em particular, e relaciona sua emergência à experiência pessoal dos defensores do pós-desenvolvimento. Como Rist explica (2007a: 1321): “I am under the impression that their stance emerged from their earlier strong commitment in favour of development, and their subsequent dissatisfaction about its repeated failures, rather than from a collective discovery of the authoritative power of the development discourse.” Para G. Rist, bem como para W. Sachs, a ideia de desenvolvimento parecia ter se tornado uma “ruína” ou um “fantasma” no final do século XX; não obstante, Rist (2014: 273) admite que se tratou de uma falsa impressão, na medida em que “‘development’ continues to survive, even if, within the international institutions, its original aims have been whittled down to the struggle against poverty or

7 Sobre esse assunto, Gilbert Rist (2007b: 486) escreve: “‘Development’ also did sterling service during the Cold War period. At that time, the Great Powers disagreed on almost all issues except one: ‘development’, the magic word that reconciled opposite sides. Its necessity and desirability were not debatable, and the two ideological adversaries vied with each other in promoting it across what was then known as the Third World. To be sure, there was some shared and genuine intention to improve the lot of the poor, viewed as potentially interesting future customers of the industrialised countries, but beyond the routine discourse on ‘the challenge of our times’, ‘development’ was mainly used as an excuse for enticing ‘developing countries’ to side with one camp or the other.”

8 Ver Esteva (1992) e Rist (2014, cap. 4) sobre as origens da ideia de subdesenvolvimento, relacionadas ao discurso de posse do Presidente Truman, em 1949, e ao contexto da Guerra Fria.

achievement of the Millennium Goals”; ademais, o crescimento econômico continuava a ser o princípio explicativo do desenvolvimento.

Em sua crítica ao conceito de desenvolvimento, Rist (2007b: 485) chama a atenção para a natureza imprecisa do termo e para seu caráter “tóxico”. Vago, o termo teria, porém, obtido aceitação desde sua “invenção” pelo Presidente Truman; o antagonismo colonizador/colonizado teria então sido substituído pelas ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento, como dois membros da mesma família que se encontram em diferentes estágios. Predominaria, então, a ideia de que recursos e vontade política seriam suficientes para se reduzir a distância entre os dois lados. Após décadas de fracasso dos projetos de desenvolvimento e a emergência de críticas ao desenvolvimento, adjetivos teriam sido adicionados a esse conceito (p. ex., endógeno, humano, social, sustentável); uma solução, segundo Rist, para “dignificar” o conceito (Rist 2007b; Rist, 2014, caps. 9-10). Por exemplo, a ideia de desenvolvimento sustentável é fortemente criticada por Rist, que a considera uma tentativa de aproximação de duas ideias opostas: a defesa do meio ambiente e a continuação do desenvolvimento econômico. Para Rist (2007b: 487), a sobrevivência da ideia de desenvolvimento só pode ser explicada enquanto “generalised and firmly rooted modern belief”, ou seja, como um elemento da religião da modernidade (Rist, 2014, cap. 1) ou uma verdade indiscutível, que se encontra acima das ideologias e é aceita por todos. O autor defende, assim, uma desmistificação das crenças ligadas ao desenvolvimento, considerando que o processo real de desenvolvimento manifesta-se como um processo de “transformation and destruction of the natural environment and of social relations in order to increase the production of commodities (goods and services) geared, by means of market exchange, to effective demand” (*id.*: 488). Nesse sentido, o desenvolvimento é visto como uma “palavra tóxica”, pois o crescimento econômico, que aparece como um pré-requisito para a prosperidade, ocorreria apenas às expensas do meio ambiente ou dos seres humanos (*id.*: 489).

Considerando que as promessas do desenvolvimento não se realizaram, Rist (2014) propõe a desconstrução desse conceito, com o abandono de crenças e ilusões, em favor de um conhecimento real do mundo. Ao mesmo tempo, a economia neoclássica deveria ser radicalmente questionada, em razão de ignorar relações sociais e problemas ecológicos. Concluindo seu livro de 2014 (p. 280), Rist afirma: “The aim, then, is to change our perception. (...) To change our model of society. In fact, our governing model has been around for barely two centuries – which is not much in the history of humanity. For a long time it was able to create illusions. (...) We now know why it is suicidal to continue believing in it. The most difficult task, however, is to ensure that knowledge triumphs over faith – and to persuade ourselves that there is a life after ‘development’.”

Serge Latouche, crítico do desenvolvimento e principal expoente do movimento pelo “decrecimento” (*décroissance*), na introdução de seu livro *Faut-il refuser le développement?* [Deve-se recusar o desenvolvimento?] afirma que todas as políticas de desenvolvimento falharam e todas as técnicas ou fórmulas mostraram-se ineficientes para a eliminação do subdesenvolvimento em escala planetária. Latouche concorda com autores, como Celso Furtado, que postulam que o desenvolvimento econômico, entendido como altos padrões de vida para todos, é um *mito*. Para ele, no entanto, apesar desses fracassos, não foi colocada em questão a identidade entre desenvolvimento e bem-estar; reforçou-se, ao invés disso, o clamor por um “verdadeiro” desenvolvimento. Como Latouche o entende, o desenvolvimento é um paradigma ocidental, no sentido de uma experiência histórica e de uma visão do mundo; o Ocidente, por sua vez, é entendido por Latouche como sendo o conjunto de países que compartilham da ideologia do desenvolvimento. Ademais, o fato de as massas do Terceiro Mundo serem incapazes de dar um nome diferente de “desenvolvimento” a suas aspirações seria uma evidência de “desaculturação”. De acordo com esse ponto de vista, então, o subdesenvolvimento é prioritariamente um processo de desaculturação engendrado pelo Ocidente. Para que se fuja desse paradigma, Latouche (1986) propõe uma completa rejeição do mito do desenvolvimento (e de seus qualificativos). Como ele explica em outro texto: “We refuse, in other words, to ‘save’ the fantasy of an *alternative* economy,

an *alternative* growth and an *alternative* development (which can variously be described as Keynesian, public, socialist, human, sustainable, clean...)." (Latouche, 2009: 89).

A ideia de "*décroissance*" ou "decrecimento" teria emergido, precisa Latouche, da necessidade de se "descolonizar o imaginário". Ele chama a atenção para a necessidade de se questionar a dominância da economia sobre a vida. Como Latouche (2004, 2009) explica, *décroissance* não é um conceito, tampouco uma teoria, mas um *slogan* elaborado para a realização de uma crítica radical do desenvolvimento, desafiando a lógica do "crescimento pelo crescimento" (Latouche, 2009). Tal *slogan* reagruparia também aqueles "who want to outline the contours of an alternative project for a post-development politics. Its goal is to build a society in which we can live better lives whilst working less and consuming less" (Latouche, 2009: 9). Decididamente, segundo o autor, *décroissance* não significaria crescimento negativo: "It is not difficult to imagine the catastrophes that negative growth would bring about! Just as there is nothing worse than a work-based society in which there is no work, there is nothing worse than a growth-based society in which growth does not materialize." (Latouche, 2009: 8). A *décroissance* seria, então, um questionamento do sistema como um todo, visando a abrir espaço para a inventividade e a criatividade, que teriam sido, segundo o autor, bloqueadas por um totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista (Latouche, 2004, 2009). Precisamente, uma "sociedade de crescimento" é definida como uma sociedade dominada por uma "economia de crescimento"; tal sociedade não seria sustentável (do ponto de vista dos limites ecológicos) nem desejável (ao aumentar desigualdades e injustiças), além de promover um bem-estar ilusório e a degradação das relações humanas (Latouche, 2012). Portanto, para o autor, a construção de uma sociedade fora da lógica do crescimento seria necessária e desejável tanto para os países do Sul quanto para os países do Norte.

Dessa forma, considerando que o desenvolvimento sacrifica populações e opera em proveito dos "developers", e chamando a atenção para os custos ambientais e sociais engendrados pelo crescimento, Latouche (2009) propõe, por meio do *slogan* da *décroissance*, o abandono da ideia de crescimento, base inquestionável de todos os regimes modernos⁹. Latouche defende, portanto, que a mudança de direção deve ser radical, no sentido de uma "revolução cultural" capaz de reestabelecer a política sobre novas bases. Assim, o projeto de uma sociedade de decrecimento apresenta-se como um projeto revolucionário, na medida em que envolve "cultural change, as well as changes in the legal structure and relations of production". Não obstante, Latouche esclarece, "even radical and revolutionary politics can only be reformist, and must be reformist if it is not to drift into terrorism" (Latouche, 2009: 66).

No que concerne aos países do Sul, uma política de decrecimento implicaria desencadear um círculo virtuoso que incluiria a ruptura da dependência tecnológica e cultural e a redescoberta da própria identidade cultural. Entretanto, Latouche precisa que a alternativa ao "desenvolvimento" não implicaria um retorno ao passado, mas a construção de uma "utopia concreta", capaz de oferecer uma alternativa à "insanidade da sociedade de crescimento" (Latouche, 2009: 4). As sociedades do Sul, portanto, são chamadas a evitar os obstáculos que as impeçam de realizar seu pleno potencial (Latouche, 2009: 58), evitando o engajamento na construção de sociedades de crescimento (mesmo que delas não se espere redução da pegada ecológica ou do PIB).

9 A esse respeito, Latouche (2009: 89) afirma: "A critique of the growth society implies a critique of capitalism, but the converse is not necessarily true. Capitalism, neo-liberal or otherwise, and productivist socialism are both variants on the same project for a growth society based upon the development of the productive forces, which will supposedly facilitate humanity's march in the direction of progress."

Se Furtado não participa das discussões brevemente descritas acima¹⁰, que redundam na recusa da própria ideia de desenvolvimento, ele defende, por sua vez, particularmente nos anos 1990, a necessidade de uma *nova concepção do desenvolvimento*. Segundo Furtado, uma nova concepção do desenvolvimento seria necessária para o estabelecimento de novas prioridades para a ação política. O objetivo de um novo desenvolvimento não mais seria a reprodução dos padrões de consumo de minorias abastadas, mas a satisfação das necessidades básicas da população e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e aspirações. A preservação do equilíbrio ecológico seria um aspecto essencial de uma nova concepção do desenvolvimento, na medida em que Furtado salienta o enorme desperdício de recursos não-renováveis derivado do estilo de vida adotado por uma minoria da população mundial, em benefício da qual se concentra a riqueza. O subdesenvolvimento, segundo Furtado, ao mesmo tempo que reduz a pressão ecológica ao manter grande parte da humanidade em condições diversas de penúria, também contribui “para elevar o coeficiente de desperdício, ao difundir padrões de consumo sem correspondência com os baixos níveis de renda das populações” (Furtado, 1992: 76). Uma verdadeira mudança do curso da civilização se impunha, visando a deslocar seu eixo da lógica dos meios para a lógica dos fins. Como precisa Furtado (1992: 78), os objetivos estratégicos de um novo modelo de desenvolvimento seriam: “Primeiro: preservar o patrimônio natural, cuja dilapidação atualmente em curso conduzirá inexoravelmente ao declínio e ao colapso de nossa civilização. Segundo: liberar a criatividade da lógica dos meios (acumulação econômica e poder militar) para que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos com um fim, portadores de valores inalienáveis.”

5. Observações finais

Quando considerada de um ponto de vista estritamente econômico, a ideia de desenvolvimento pode apresentar-se como a mera transplantação da civilização industrial e de seus valores materiais para regiões subdesenvolvidas, sendo dificilmente dissociável de um rápido crescimento econômico e de um vigoroso processo de acumulação nas forças produtivas. Nesse sentido, muitas das críticas levantadas por autores pós-desenvolvimentistas poderiam ser compartilhadas por Celso Furtado, como se pode observar particularmente através do estudo de suas elaboradas a partir da década de 1970.

Como pioneiro da teoria do subdesenvolvimento, Furtado enfatizava, já nos anos 1950, que os fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento correspondiam a duas realidades históricas distintas. Desse modo, o subdesenvolvimento não deveria ser considerado em termos de atraso econômico relativo, ou como uma fase num processo comum de desenvolvimento pelo qual todos os países teriam passado. Portanto, Furtado recusa a ideia de desenvolvimento concebido como um processo de superação da distância, em termos de padrões de vida, que separa países ricos e pobres. Diversamente, Furtado (1992) apresenta o subdesenvolvimento como uma “armadilha histórica”: no âmbito da dependência cultural, a adoção mimética de padrões de consumo criados nos países desenvolvidos (processo para o qual ele emprega o termo “modernização”) impede a transição do crescimento econômico para o desenvolvimento.

Decididamente, o “verdadeiro desenvolvimento”, como proposto por Furtado, depende da existência de um projeto social subjacente, visando à melhoria das condições de vida da população

10 Vale mencionar uma entrevista concedida a E. Kugelmas por C. Furtado, em 1993, na qual Furtado (2011) refere-se à questão do crescimento econômico, relacionando-a aos problemas ecológicos (após a conferência Eco-92). Segundo Furtado: “as forças políticas que mandam no mundo continuam a jogar cegamente na questão do crescimento. (...) A margem de desperdício que se tem no mundo é tão fantástica, na Europa, nos Estados Unidos, que você poderia perfeitamente imaginar um mundo sem crescer, mas que melhorasse sempre, realocando recursos, ou seja, com o sistema econômico funcionando em outra direção. O objetivo não deveria ser o crescimento e sim a qualidade de vida.”

como um todo. Nessa acepção, o desenvolvimento seria a promoção do enriquecimento de um sistema cultural, por meio da canalização de suas forças criativas para os *fins* na vida social.

Ao longo de sua obra, Furtado aprimora e refina suas elaborações teóricas sobre os fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, e critica os “mitos” associados à ideia de desenvolvimento e suas implicações para o aprofundamento das relações de dependência em nível internacional. No entanto, a ideia de *desenvolvimento* permanece como elemento essencial de suas reflexões: distinto do crescimento econômico e da modernização, o desenvolvimento seria o processo capaz de promover a plena realização das potencialidades humanas.

Referências bibliográficas

- BIANCONI, R. (2016). “Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado”. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1.
- BIANCONI, R., MINDA, A. (2014). “Multinational firms, peripheral industrialisation and the recovery of national decision centres: the contribution of Celso Furtado”. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 21, n. 2.
- BOIANOVSKY, M. (2013). “The Economic Commission for Latin America and the 1950s’ Debate on Choice of Techniques”. *Review of Political Economy*, v. 25, n. 3.
- ESTEVA, G. (1992). “Development”. In: SACHS, W. (ed.). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London/New York: Zed Books.
- FURTADO, C. (1954). *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite.
- FURTADO, C. (1958 [1952]). “Capital Formation and Economic Development”. In: AGARWALA, A. N., SINGH, S. P. (eds.). *The economics of underdevelopment*. (1958). London: Oxford University Press.
- FURTADO, C. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FURTADO, C. (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FURTADO, C. (1972). *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FURTADO, C. (1973a). “The Brazilian ‘model’ of development”. In: WILBER, C. K. (ed.). *The political economy of development and underdevelopment*. New York: Random House.
- FURTADO, C. (1973b). “The concept of external dependence in the study of underdevelopment”. In WILBER, C. K. (ed.). *The political economy of development and underdevelopment*. New York: Random House.
- FURTADO, C. (1973c). “Reflexões de um marciano”. *Opinião*, n. 14.
- FURTADO, C. (1973d). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FURTADO, C. (1974a). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1974b). “The myth of economic development and the future of the Third World”. Centre of Latin American Studies (University of Cambridge), *Working Papers* n. 16.
- FURTADO, C. (1975). “Meio-ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento na teoria econômica e no planejamento”. In: ANDRADE, M. C. et al. *Meio-ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Hucitec.
- FURTADO, C. (1977). “Development”. *International Social Science Journal*, v. XXIX, n. 4.
- FURTADO, C. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FURTADO, C. (1987). “Underdevelopment: to conform or reform”. In: MEIER, G. (ed.). *Pioneers in development: second series*. New York: Oxford University Press for the World Bank.

- FURTADO, C. (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1997 [1991]). *Os ares do mundo*. In: FURTADO, C., AGUIAR, R. F. (org.). *Obras autobiográficas de Celso Furtado*. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1998). *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. [3ª ed. de Furtado 1980]. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (2000 [1967]). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª ed. rev. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (2007). *A economia latino-americana*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. (1ª ed., 1969).
- FURTADO, C. (2008 [1975]). “O capitalismo pós-nacional”. In: Furtado, C. *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- FURTADO, C. (2008 [1978]). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FURTADO, C. (2011). “Entrevista a Eduardo Kugelmas” [1993]. *Cadernos do Desenvolvimento*, n. 8.
- GAUDÊNCIO, F. S., FORMIGA, M. (ed.). (1995). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1971). *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press.
- LATOUCHE, S. (1986). *Faut-il refuser le développement?* Paris: PUF.
- LATOUCHE, S. (2004). “Contre l’ethnocentrisme du développement. Et la décroissance sauvera le Sud...”. *Le Monde Diplomatique*, novembro 2004.
- LATOUCHE, S. (2007). *Petit traité de la décroissance sereine*. Paris: Ed. Mille et une nuits.
- LATOUCHE, S. (2009). *Farewell to growth*. Cambridge: Polity Press.
- LATOUCHE, S. (2012). “O decrescimento. Por que e como?” In: LÉNA, P., NASCIMENTO, E. P. (ed.). *Enfrentando os limites do crescimento*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MEADOWS, D. H. et al. (1972). *The limits to growth*. New York: Universe Books.
- “O mito do desenvolvimento”. *Opinião*, n. 90 (29 de julho de 1974).
- PREBISCH, R. (1962[1949]). “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. *Boletín económico de América Latina*, 7: 1–24.
- PREBISCH, R. (1984). “Five Stages in My Thinking on Development”. In: MEIER, G. (ed.). *Pioneers in development*. New York: Oxford University Press for the World Bank.
- RIST, G. (2007a). “Book Review of Exploring Post-Development, Theory and Practice, Problems and Perspectives. Edited by Aram Ziai”. *Journal of Development Studies*, v. 43, n. 7.
- RIST, G. (2007b). “Development as a buzzword”. *Development in Practice*, v. 17, n. 4-5.
- RIST, G. (2014). *History of Development: From Western Origins to Global Faith*. 4th ed. London: Zed Books. (1ª ed. francesa, 1996).
- RODRIGUEZ, O. (2006). *El estructuralismo latinoamericano*. Mexico: Siglo XXI/CEPAL.
- ROSTOW, W. W. (1960). *The stages of economic growth: a non-Communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SACHS, W. (2010). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. 2nd ed. London/New York: Zed Books. (1ª ed., 1992).
- UNESCO. (1995). *Our Creative Diversity*. Report of the World Commission on Culture and Development. Paris: UNESCO.
- ZIAI, A. (ed.). (2007). *Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives*. London/New York: Routledge.